



Revista de Saúde Pública

ISSN: 0034-8910

revsp@usp.br

Universidade de São Paulo

Brasil

de Cássia Barradas Barata, Rita

Prática de Saúde Pública, uma nova seção

Revista de Saúde Pública, vol. 47, núm. 1, febrero, 2013, p. 1

Universidade de São Paulo

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=67240204001>

- ▶ [Como citar este artigo](#)
- ▶ [Número completo](#)
- ▶ [Mais artigos](#)
- ▶ [Home da revista no Redalyc](#)

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Rita de Cássia Barradas Barata

Editora Científica

Prática de Saúde Pública, uma nova seção

A Revista de Saúde Pública (RSP), a partir deste número 1 do volume 47, com o apoio do Departamento de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde (Decit), inaugura uma nova seção intitulada *Prática de Saúde Pública* destinada a destacar, dentre os artigos que compõem o número, aqueles especialmente relevantes e com aplicação mais imediata para o planejamento, implementação e avaliação de políticas de saúde no Brasil.

Com essa iniciativa, a RSP busca contribuir para a divulgação dos resultados de pesquisas científicas estratégicas para o Sistema Único de Saúde. Para facilitar o uso desses resultados por gestores e profissionais, os artigos incluirão comentários que destacarão suas potenciais aplicações.

Para inaugurar essa seção destacamos quatro artigos. Um deles apresenta a proposta de construção de um fator para orientar a alocação de recursos financeiros utilizando a estratégia de redes neurais e indicadores de saúde, econômicos, demográficos e sociais disponíveis em bases de dados de uso público. Esse artigo apresenta a metodologia e sua aplicação ao estado de Pernambuco. O fator de alocação pode ser uma das ferramentas usadas pelos gestores estaduais ou pelo gestor federal para a alocação de recursos de investimento visando superar desigualdades em saúde. Um segundo artigo trata da avaliação da assistência ambulatorial em aids no Brasil, analisando a evolução dos recursos disponíveis, da organização do trabalho e do gerenciamento de unidades ambulatoriais no período 2001 a 2007. Foram analisadas 504 unidades instaladas em cada uma do conjunto da federação. Essa avaliação pode ser útil aos gestores da política de saúde, indicando os pontos frágeis e que necessitam de atenção na busca de maior qualidade no atendimento. Um outro trabalho utiliza a ocorrência de sífilis congênita como evento sentinel para a avaliação da qualidade da assistência pré-natal no Rio de Janeiro. Traz elementos importantes de reflexão sobre a qualidade dos serviços, demonstrando que a universalização do acesso, se não for acompanhada por ações que efetivamente produzam impactos positivos sobre a saúde, por si só não garante o cumprimento do direito expresso na nossa constituição. A pesquisa mostra que, apesar de a cobertura e o número médio de consultas por mulher terem aumentado no País, ainda ocorrem problemas como a sífilis congênita que poderiam e deveriam ser evitados com consultas de pré-natal que tivessem padrões mínimos de qualidade.

E um terceiro artigo analisa a gestão de unidades de saúde com ênfase nas necessidades de formação para a gestão, tema crucial para a melhoria do desempenho do sistema de saúde.

Esses citados artigos, portanto, tratam de diferentes aspectos, todos eles relevantes para a política de saúde e o Sistema Único de Saúde: formas de alocação financeira, recursos e organização da assistência à aids, qualidade da assistência pré-natal e formação de gestores para unidades de saúde.

Os gestores e profissionais de saúde poderão encontrar nos resultados dessas pesquisas elementos capazes de subsidiar um conjunto de atividades, permitindo que o processo de decisão possa contar, entre seus componentes, com informações embasadas cientificamente.

Assim, esperamos, com a criação dessa nova seção, poder aliar, ao trabalho editorial de produção de uma revista científica na área da Saúde Pública, o compromisso com a divulgação de conhecimentos que tenham a possibilidade de ser efetivamente incorporados às ações da política pública de saúde, resultando em melhorias para a saúde da população.